

Teorizando a transição

Tendo em vista estarmos testemunhando uma transição histórica, ainda longe de completar-se e, de todo modo, como o fordismo, passível de ser parcial em determinados aspectos importantes, deparamos com uma série de dilemas teóricos. Poderemos apreender teoricamente a lógica, senão a necessidade, da transição? Até que ponto as formulações teóricas passadas e presentes da dinâmica do capitalismo têm de ser modificadas à luz das radicais reorganizações e reestruturações que ocorrem nas forças produtivas e nas relações sociais? E poderemos representar o atual regime suficientemente bem para termos alguma idéia do provável curso e implicações do que parece ser uma revolução permanente?

A transição do fordismo para a acumulação flexível evocou, na verdade, sérias dificuldades para teorias de toda espécie. Teóricos keynesianos, monetaristas e do equilíbrio parcial neoclássico parecem tão perturbados quanto todas as outras pessoas. Essa transição também trouxe sérios dilemas para os marxistas. Diante desses problemas, muitos comentadores abandonaram qualquer pretensão de teoria e simplesmente recorreram à caça de dados para dar conta das rápidas mudanças. Mas também aqui há dúvidas — que dados são indicadores vitais, e não séries contingentes? O único ponto geral de acordo é que alguma coisa significativa mudou no modo de funcionamento do capitalismo a partir de mais ou menos 1970.

A primeira dificuldade reside em tentar captar a natureza das mudanças que estamos examinando. Nas tabelas 2.6, 2.7 e 2.8, resumo três relatos recentes da transição. O primeiro, uma visão bem laudatória de Halal (1986) do novo capitalismo, enfatiza os elementos positivos e liberatórios do novo empreendedimentismo. O segundo, de Lash e Urry (1987), acentua as relações de poder e a política com relação à economia e à cultura. O terceiro, de Swyngedouw (1986), fornece muito mais detalhes sobre transformações no campo da tecnologia e do processo de trabalho, ao mesmo tempo que avalia como o regime de acumulação e suas modalidades de regulamentação se transformaram. Em todos os casos, com efeito, a oposição é usada como artifício didático para dar relevo às diferenças, e não às continuidades, e nenhum dos autores afirma que as coisas sejam tão claras e diretas em algum lugar quanto os esquemas sugerem. Estes indicam, no entanto, alguns pontos comuns, mas também algumas diferenças, que são instrutivas, já que sugerem mecanismos bem distintos de causação. Halal parece mais próximo da teoria de Schumpeter da inovação dos empreendedores como força motriz do capitalismo e tende a interpretar o fordismo e o keynesianismo como um interlúdio feliz no progresso capitalista. Lash e Urry vêem a evolução, em parte, como o colapso das condições materiais para uma política coletiva poderosa da classe trabalhadora, e tentam descobrir as raízes econômicas, culturais e políticas desse colapso. Pelo próprio uso dos termos “organizado” e “desorganizado” para carac-

Tabela 2.6 *O novo capitalismo segundo Halal*

	<i>O antigo capitalismo (Paradigma industrial)</i>	<i>O novo capitalismo (Paradigma pós-industrial)</i>
Fronteira de progresso	crescimento difícil	crescimento esperto
Organização	estrutura mecânica	redes de mercado
Processo de decisão	comando autoritário	liderança participativa
Valores institucionais	alvos financeiros	alvos múltiplos
Foco gerencial	gerência operacional	gerência estratégica
Macrossistema econômico	grande negócio centrado no lucro	livre empresa democrática
Sistema mundial	capitalismo <i>versus</i> socialismo	híbridos do capitalismo e do socialismo

Fonte: *Halal, 1986*

terizar a transição, eles acentuam mais a desintegração do que a coerência do capitalismo contemporâneo, evitando assim o enfrentamento da possibilidade de uma transição no regime de acumulação. Swyngedouw, por outro lado, ao enfatizar as mudanças no modo de produção e de organização industrial, situa a transição na corrente principal da economia política marxiana, ao mesmo tempo que aceita claramente a linguagem da escola da regulamentação.

Dou preferência à interpretação de Swyngedouw. Mas se a linguagem da escola da regulamentação sobreviveu melhor do que a maioria, isso se explica, suspeito eu, pela sua orientação bem mais pragmática. Há na escola da regulamentação pouco ou nenhum esforço para fornecer uma compreensão detalhada dos mecanismos e da lógica das transições — o que me parece uma séria falha. Fazer a passagem requer a volta ao básico e o tratamento da lógica subjacente do capitalismo em geral. E, com efeito, a virtude peculiar de Marx foi ter construído uma teoria do capitalismo em geral por meio de uma análise do capitalismo sob o modo de regulamentação em que vigiam uma ampla competitividade e o *laissez-faire* existente na Inglaterra da metade do século XIX. Retornemos, pois, aos “elementos e relações invariantes” de um modo capitalista de produção, propostos por Marx, e vejamos até que ponto esses elementos e relações estão onipresentes sob a superfície tênue e evanescente, sob as fragmentações e disrupções tão características da atual economia política.

Como a acumulação flexível ainda é uma forma de capitalismo, podemos esperar que algumas proposições básicas se mantenham. Tentei resumir essas proposições em outro trabalho, razão por que vou simplesmente extrair alguns elementos fundamentais da argumentação feita em *The limits to capital* (Harvey, 1982). Referir-me-ei, em especial, a três características essenciais do modo capitalista de produção.

Tabela 2.7 *Contraste entre o capitalismo organizado e o capitalismo desorganizado segundo Lash e Urry*

<i>Capitalismo organizado</i>	<i>Capitalismo desorganizado</i>
concentração e centralização do capital industrial, bancário e comercial em mercados nacionais	desconcentração do poder corporativo em rápido crescimento com relação aos mercados nacionais. Crescente internacionalização do capital e, em alguns casos, separação entre capital industrial e capital bancário
crescente separação entre propriedade e controle, e emergência de complexas hierarquias gerenciais	contínua expansão de estratos gerenciais que articulam suas próprias pautas políticas e individuais, bem distintas da política de classe
desenvolvimento de novos setores de <i>intelligentsia</i> gerencial, científica e tecnológica e de burocracia de classe média	declínio relativo/absoluto da classe trabalhadora
desenvolvimento de organizações coletivas e da negociação em regiões e nações-Estado	declínio da eficácia da negociação coletiva nacional
estreita articulação entre os interesses do Estado e os do capital dos grandes monopólios e aumento do Estado do bem-estar social de base classista	crescente independência dos grandes monopólios com relação aos regulamentos estatais e desafios diversificados ao poder e à burocracia estatais centralizados
expansão de impérios econômicos e controle da produção e de mercados no exterior	industrialização de países do Terceiro Mundo e desindustrialização de países centrais, que se voltam para a especialização em serviços
incorporação de diversos interesses de classe numa pauta nacional estabelecida por intermédio de compromissos negociados e regulamentos burocráticos	forte declínio de políticas e instituições de base classista
hegemonia da racionalidade técnico-científica	fragmentação cultural e pluralismo aliados ao solapamento das identidades tradicionais nacionais ou de classe
concentração de relações capitalistas no âmbito de um número relativamente pequeno de indústrias e regiões	dispersão de relações capitalistas em muitos setores e regiões

<i>Capitalismo organizado</i>	<i>Capitalismo desorganizado</i>
indústrias extrativo-manufatureiras como fontes dominantes de emprego	declínio das indústrias extrativo-manufatureiras e ascensão das indústrias de serviços e organizacionais
forte concentração e especialização regionais em setores extrativo-manufatureiros	dispersão, diversificação da divisão territorial-espacial do trabalho
busca de economias de escala através do aumento da dimensão da fábrica (força de trabalho)	declínio da dimensão da fábrica propiciado pela dispersão geográfica, pelo aumento da subcontratação e por sistemas de produção global
desenvolvimento de grandes cidades industriais dominando regiões através do fornecimento de serviços centralizados (comerciais e financeiros)	declínio das cidades industriais e desconcentração — dos centros urbanos para áreas periféricas ou semi-rurais —, criando agudos problemas nos pontos adjacentes ao centro das cidades
configuração cultural-ideológica do "modernismo"	configurações cultural-ideológicas do "pós-modernismo"

Fonte: a partir de Lash e Urry (1987).

(Características essenciais do Capitalismo)

1 O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais (e, eventualmente, atingi-los), pouco importam as conseqüências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. Na medida em que a virtude vem da necessidade, um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em conseqüência, como falta de crescimento.

2 O crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista.

Tabela 2.8 *Contraste entre o fordismo e a acumulação flexível segundo Swyngedouw*

<i>Produção fordista (baseada em economias de escala)</i>	<i>Produção just-in-time (baseada em economias de escopo)</i>
A. O PROCESSO DE PRODUÇÃO	
produção em massa de bens homogêneos	produção em pequenos lotes
uniformidade e padronização	produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produto
grandes estoques e inventários	sem estoques
testes de qualidade <i>ex-post</i> (detecção tardia de erros e produtos defeituosos)	controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros)
produtos defeituosos ficam ocultados nos estoques	rejeição imediata de peças com defeito
perda de tempo de produção por causa de longos tempos de preparo, peças com defeito, pontos de estrangulamento nos estoques etc.	redução do tempo perdido, reduzindo-se "a porosidade do dia de trabalho"
voltada para os recursos	voltada para a demanda
integração vertical e (em alguns casos) horizontal	integração (quase-) vertical, subcontratação
redução de custos através do controle dos salários	aprendizagem na prática integrada ao planejamento a longo prazo
B. TRABALHO	
realização de uma única tarefa pelo trabalhador	múltiplas tarefas
pagamento <i>pro rata</i> (baseado em critérios da definição do emprego)	pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações)
alto grau de especialização de tarefas	eliminação da demarcação de tarefas
pouco ou nenhum treinamento no trabalho	longo treinamento no trabalho
organização vertical do trabalho	organização mais horizontal do trabalho

<i>Produção fordista (baseada em economias de escala)</i>	<i>Produção just-in-time (baseada em economias de escopo)</i>
nenhuma experiência de aprendizagem	aprendizagem no trabalho
ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador (disciplinamento da força de trabalho)	ênfase na co-responsabilidade do trabalhador
nenhuma segurança no trabalho	grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários

C. ESPAÇO

especialização espacial funcional (centralização/descentralização)	agregação e aglomeração espaciais
divisão espacial do trabalho	integração espacial
homogeneização dos mercados regionais de trabalho (mercados de trabalho espacialmente segmentados)	diversificação do mercado de trabalho (segmentação interna do mercado de trabalho)
distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes	proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas

D. ESTADO

regulamentação	desregulamentação/re-regulamentação
rigidez	flexibilidade
negociação coletiva	divisão/individualização, negociações locais ou por empresa
socialização do bem-estar social (o Estado do bem-estar social)	privatização das necessidades coletivas e da seguridade social
estabilidade internacional através de acordos multilaterais	desestabilização internacional; crescentes tensões geopolíticas
centralização	descentralização e agudização da competição inter-regional/interurbana

<i>Produção fordista (baseada em economias de escala)</i>	<i>Produção just-in-time (baseada em economias de escopo)</i>
o Estado/cidade "subsidiador"	o Estado/cidade "empreendedor"
intervenção indireta em mercados através de políticas de renda e de preços	intervenção estatal direta em mercados através de aquisição
políticas regionais nacionais	políticas regionais "territoriais" (na forma de uma terceira parte)
pesquisa e desenvolvimento financiados pelas firmas	pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado
inovação liderada pela indústria	inovação liderada pelo Estado

E. IDEOLOGIA

consumo de massa de bens duráveis: a sociedade de consumo	consumo individualizado: cultura "yuppie"
modernismo	pós-modernismo
totalidade/reforma estrutural	especificidade/adaptação
socialização	individualização; a sociedade do "espetáculo"

Fonte: *Swyngedouw (1986)*

3 O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em sua busca do lucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Além disso, se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo. Deriva em parte dessa necessidade a ideologia de que o "progresso" é tanto inevitável como bom.

Marx foi capaz de mostrar que essas três condições necessárias do modo capitalista de produção eram inconsistentes e contraditórias, e que, por isso, a dinâmica do capitalismo era necessariamente propensa a crises. Não havia, em sua análise,

uma maneira pela qual a combinação dessas três condições necessárias pudesse produzir um crescimento equilibrado e sem problemas; além de as tendências de crise do capitalismo apresentarem a tendência de produzir fases periódicas de superacumulação — definida como uma condição em que podem existir ao mesmo tempo capital ocioso e trabalho ocioso sem nenhum modo aparente de se unirem esses recursos para o atingimento de tarefas socialmente úteis. Uma condição generalizada de superacumulação seria indicada por capacidade produtiva ociosa, um excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de capital-dinheiro (talvez mantido como entesouramento) e grande desemprego. As condições que prevaleciam nos anos 30 e que surgiram periodicamente desde 1973 têm de ser consideradas manifestações típicas da tendência de superacumulação.

O argumento marxista é, por conseguinte, que a tendência de superacumulação nunca pode ser eliminada sob o capitalismo. Trata-se de um interminável e eterno problema de todo modo capitalista de produção. A única questão, portanto, é como exprimir, conter, absorver ou administrar essa tendência de maneiras que não ameacem a ordem social capitalista. Deparamos aqui com o lado heróico da vida e da política burguesa, em que devem ser feitas escolhas reais para que a ordem social não se transforme em caos. Examinemos algumas dessas escolhas.

1 *Desvalorização* de mercadorias, de capacidade produtiva, do valor do dinheiro, talvez associada à destruição direta, é uma medida que fornece um modo de lidar com excedentes de capital. Em termos simples, desvalorização significa a “baixa” ou “cancelamento” do valor dos bens de capital (particularmente instalações e equipamentos), a liquidação de estoques excedentes de bens (ou sua destruição pura e simples, como a famosa queima do café brasileiro nos anos 30) ou a erosão inflacionária do poder do dinheiro, ao lado de inúmeras inadimplências em obrigações de empréstimo. A força de trabalho também pode ser desvalorizada e até destruída (taxas crescentes de exploração, queda da renda real, desemprego, mais mortes no trabalho, piora da saúde e menor expectativa de vida etc.). A Grande Depressão viu uma enorme desvalorização do capital e da força de trabalho, e a Segunda Guerra Mundial viu ainda mais. Há muitos exemplos e abundantes provas da desvalorização como resposta à superacumulação a partir de 1973. Mas a desvalorização tem um alto preço político e atinge amplos segmentos da classe capitalista, da classe trabalhadora e das várias outras classes sociais que formam a complexa sociedade capitalista moderna. Uma certa sacudidela pode parecer uma boa coisa, mas as falências descontroladas e a desvalorização maciça expõem o lado irracional da racionalidade capitalista de uma maneira demasiado brutal para serem sustentadas por muito tempo sem produzir algum tipo de resposta revolucionária (de direita ou de esquerda). Contudo, a desvalorização controlada através de políticas deflacionárias administradas é uma opção muito importante e de modo algum incomum para lidar com a superacumulação.

2 *O controle macroeconômico*, por meio da institucionalização de algum sistema de regulação, pode conter o problema da superacumulação, talvez por um considerável período de tempo. A virtude do regime fordista-keynesiano foi, com efeito, a possibilidade de criação de um equilíbrio de forças, mesmo tênue, através do qual os mecanismos que causavam o problema da superacumulação (o ritmo da mudança tecnológica e organizacional e a luta pelo controle do trabalho) pudessem

ser mantidos sob suficiente controle para se garantir um crescimento equilibrado. Mas foi necessária uma grande crise de superacumulação para ligar a produção fordista a um modo keynesiano de regulamentação estatal antes de se poder garantir, por qualquer período estendido, alguma espécie de crescimento macroeconômico equilibrado. A ascensão de um regime particular de acumulação tem de ser vista, então como agora, como o resultado de todo um conjunto de decisões econômicas e políticas, que de modo algum sempre são dirigidas conscientemente para alcançar este ou aquele fim específico, provocadas por persistentes manifestações do problema da superacumulação.

3 *A absorção da superacumulação por intermédio do deslocamento temporal e espacial oferece, a meu juízo, um terreno mais rico e duradouro, mas também muito mais problemático, no qual tentar controlar o problema da superacumulação. A discussão aqui tem detalhes bem complicados, razão por que recorrerei outra vez a elementos publicados em outros trabalhos (Harvey, 1982, 1985c).*

(a) O deslocamento temporal envolve seja um desvio de recursos das necessidades atuais para a exploração de usos futuros, seja uma aceleração do tempo de giro (a velocidade com que os dispêndios de dinheiro produzem lucro para o investidor), para que a aceleração de um dado ano absorva a capacidade excedente do ano anterior. O excedente de capital e de trabalho pode, por exemplo, ser absorvido pela sua retirada do consumo corrente para os investimentos públicos e privados de longo prazo em instalações, infra-estruturas físicas e sociais etc. Esses investimentos absorvem superávits no presente apenas para devolver seu equivalente em valor durante um longo período de tempo futuro (esse foi o princípio dos programas públicos de trabalho usados para combater as condições de baixa de preços nos anos 30 em muitos países capitalistas avançados). A capacidade de fazer essa transição depende, no entanto, da disponibilidade de crédito e da capacidade de "formação de capital fictício". Este capital é definido como capital que tem valor monetário nominal e existência como papel, mas que, num dado momento do tempo, não tem lastro em termos de atividade produtiva real ou de ativos físicos. O capital fictício é convertido em capital real na medida em que são feitos investimentos que levem a um aumento apropriado em ativos úteis (por exemplo, instalações e equipamentos que possam ter emprego lucrativo) ou mercadorias úteis (bens e serviços que possam ser vendidos com lucro). Por isso, o deslocamento temporal para usos futuros é um paliativo de curto prazo para o problema da superacumulação a não ser que haja um contínuo deslocamento através da permanente aceleração das taxas de formação do capital fictício e da expansão dos volumes de investimento de prazo mais longo. Tudo isso depende de algum crescimento dinâmico contínuo e sustentado pelo Estado do endividamento. As políticas keynesianas aplicadas pelos países capitalistas avançados depois de 1945 tiveram em parte esse efeito.

A absorção de superávits através das acelerações do tempo de giro — uma forte característica do período recente de acumulação flexível — apresenta um tipo diferente de problema teórico. A intensificação da competição por certo leva as firmas individuais a acelerarem seu tempo de giro (as firmas com um tempo de giro mais rápido tendem a ganhar por isso um excedente de lucros, sobrevivendo com mais facilidade). Mas só sob certas condições isso permite uma aceleração

agregada do tempo de giro para permitir uma absorção agregada de excedentes. Mesmo assim, isso é, na melhor das hipóteses, um paliativo de curto prazo se não for possível acelerar continuamente, ano após ano, o tempo social de giro (uma solução que, de qualquer maneira, certamente implica grandes cancelamentos de ativos passados, já que a aceleração costuma envolver novas tecnologias que deslocam as antigas).

(b) O deslocamento espacial compreende a absorção pela expansão geográfica do capital e do trabalho excedentes. Esse "reparo espacial" (como o denominei alhures) do problema da superacumulação promove a produção de novos espaços dentro dos quais a produção capitalista possa prosseguir (por exemplo, por meio de investimentos em infra-estrutura) no crescimento do comércio e dos investimentos diretos e no teste de novas possibilidades de exploração da força de trabalho. Também aqui o sistema de crédito e a formação de capital fictício, sustentados pelo poder fiscal, monetário e, quando preciso, militar do Estado, se tornam vitais influências mediadoras. Também é possível que a maneira de ocupação anterior dos espaços para os quais o capitalismo se expande, bem como os graus da resistência encontrada, tenham profundas conseqüências. Em alguns espaços há uma história de forte resistência à implantação do capital ocidental (por exemplo, na China), enquanto em outros (por exemplo, o Japão ou os casos mais recentes de Hong Kong, Singapura ou Taiwan) classes dominantes ou até subordinadas se inserem agressivamente no que vêem como um sistema econômico superior. Se a contínua expansão geográfica do capitalismo fosse uma real possibilidade, poderia haver uma solução relativamente permanente para o problema da superacumulação. Mas, na medida em que a implantação progressiva do capitalismo na face da terra amplia o espaço no âmbito do qual pode surgir o problema da superacumulação, a expansão geográfica só pode, na melhor das hipóteses, ser uma solução de curto prazo. O resultado de longo prazo será, quase certamente, o aumento da competição internacional e inter-regional, com os países e regiões que têm menos vantagens sofrendo as mais severas conseqüências.

(c) Os deslocamentos tempo-espaciais têm, de fato, um duplo poder no tocante à absorção do problema da superacumulação e, na prática, particularmente na medida em que a formação de capital fictício (e, em geral, o envolvimento do Estado) é essencial ao deslocamento temporal e espacial, o que conta é a combinação das estratégias temporal e espacial. Emprestar dinheiro (com freqüência levantado, digamos, nos mercados de capital de Londres ou Nova Iorque por meio da formação de capital fictício) à América Latina para a construção de infra-estruturas de longo prazo ou para a compra de bens de capital que ajudem a gerar produtos por muitos anos é uma forma típica e forte de absorção da superacumulação.

Como, então, o fordismo resolvia as tendências de superacumulação inerentes ao capitalismo? Antes da Segunda Guerra Mundial, faltava-lhe o aparato regulatório apropriado para fazer mais do que engajar-se em algumas tentativas de deslocamento temporal e espacial (principalmente *dentro* dos países, embora o investimento direto no exterior por parte das corporações americanas tenha começado na década de 20), sendo em conseqüência forçado, na maioria das vezes, a fazer uma selvagem desvalorização do tipo alcançado nos anos 30 e 40. A partir de 1945 — e principalmente como conseqüência do detalhado planejamento da época da guerra

no sentido de estabilizar a ordem econômica do pós-guerra —, surgiu uma estratégia de acumulação com razoável grau de coerência fundamentada no controle da desvalorização e na absorção da superacumulação por outros meios. A desvalorização através de violentas oscilações no ciclo econômico foi submetida ao controle e reduzida ao tipo de desvalorização equilibrada através da obsolescência planejada, que causava problemas relativamente pequenos. Por outro lado, foi instituído um forte sistema de controle macroeconômico que dosava o ritmo de mudança tecnológica e organizacional (em particular por meio do poder do monopólio corporativo), restringia a luta de classes (por intermédio da negociação coletiva e da intervenção do Estado) e equilibrava mais ou menos a produção e o consumo de massa através do gerenciamento estatal. Mas esse modo de regulação sequer teria se aproximado do sucesso não fosse pela presença maciça de deslocamentos temporais e espaciais, embora sob o olho vigilante do Estado intervencionista.

Em 1972, por exemplo, vimos *Business Week* queixar-se de que a economia norte-americana estava sentada sobre uma montanha de dívidas (embora, considerando-se as alturas de hoje, tudo pareça apenas um montículo; ver figura 2.3). O financiamento keynesiano da dívida, de início entendido como um instrumento administrativo de curto prazo usado para controlar os ciclos econômicos, tornou-se, como era de esperar, uma tentativa de absorver a superacumulação mediante a contínua expansão da formação de capital fictício e da conseqüente expansão da carga da dívida. A expansão equilibrada dos investimentos de longo prazo, orquestrada pelo Estado, mostrou ser uma maneira útil — ao menos até a metade da década de 60 — de absorver todo excedente de capital ou de trabalho. O deslocamento espacial (combinado, é verdade, com o endividamento de longo prazo) foi uma influência ainda mais poderosa. Nos Estados Unidos, a radical transformação das economias metropolitanas (promovida pela suburbanização da manufatura e das residências), assim como a expansão para o sul e para o oeste, absorveram vastas quantidades de excedente de capital e de trabalho. Em termos internacionais, a reconstrução das economias da Europa Ocidental e do Japão, a aceleração dos fluxos de investimento direto e o enorme crescimento do comércio exterior tiveram um papel crítico na absorção de superávits. O planejamento, durante a Segunda Guerra Mundial, da “paz com prosperidade” para o pós-guerra enfatizou a necessidade de uma estratégia global de acumulação do capital num mundo em que as barreiras ao comércio e ao investimento seriam consistentemente reduzidas e a subserviência colonial, substituída por um sistema aberto de crescimento, de avanço e de cooperação no âmbito de um sistema capitalista mundial descolonizado. Apesar de algumas facetas desse programa se mostrarem ideológicas e ilusórias, concretizou-se um montante suficiente do seu conteúdo para tornar inteiramente possível uma revolução espacial no comércio e no investimento global.

Foi principalmente com o deslocamento espacial e temporal que o regime fordista de acumulação resolveu o problema da superacumulação no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra. Por conseguinte, a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação. O deslocamento temporal estava acumulando dívida sobre dívida até que a única estratégia governamental viável foi afastar

o problema através da monetização. Isso foi feito, na verdade, imprimindo-se tanto dinheiro que se disparou um surto inflacionário que reduziu radicalmente o valor real das dívidas passadas (os milhares de dólares emprestados dez anos antes têm pouco valor depois de uma fase de inflação alta). O tempo de giro não podia ser acelerado facilmente sem a destruição do valor dos ativos de capital fixo. Foram criados novos centros geográficos de acumulação — o sul e o oeste dos Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão — e, em seguida, um conjunto de países recém-industrializados. Com a maturação, esses sistemas fordistas de produção se tornaram centros de superacumulação novos e, com frequência, bastante competitivos. A competição espacial entre sistemas fordistas geograficamente distintos se intensificou, com os regimes mais eficientes (como o japonês) e os de custo de mão-de-obra mais barato (como os de países do Terceiro Mundo em que faltavam noções de um contrato social com o trabalho ou em que esses contratos não tinham muita força) levando outros centros a paroxismos de desvalorização através da desindustrialização. A competição espacial aumentou ainda mais, em particular depois de 1973, à medida que se esgotava a capacidade de se resolver o problema da superacumulação por meio do deslocamento geográfico. Assim sendo, a crise do fordismo foi tanto geográfica e geopolítica como uma crise de endividamento, luta de classes ou estagnação corporativa nas nações-Estado. Os mecanismos desenvolvidos para controlar tendências de crise simplesmente terminaram por ser vencidos pela força das contradições subjacentes do capitalismo. Parecia não haver opção além do retorno à desvalorização do tipo ocorrido no período 1973-1975 ou 1980-1982 como meio primário de lidar com a tendência de superacumulação. Isto é, a não ser que algum outro regime superior de produção capitalista, capaz de garantir uma sólida base para uma maior acumulação em escala global, pudesse ser criado.

Aqui, a acumulação flexível parece enquadrar-se como uma recombinação simples das duas estratégias de procura de lucro (mais-valia) definidas por Marx. A primeira, chamada de mais-valia *absoluta*, apóia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida. A passagem para mais horas de trabalho associadas com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários representa uma faceta da acumulação flexível de capital.

Muitos dos sistemas padronizados de produção construídos sob o fordismo foram, por essa razão, transferidos para a periferia, criando o "fordismo periférico". Mesmo os novos sistemas de produção tenderam a se transferir, uma vez padronizados, dos seus centros inovadores para localidades terceiro-mundistas (a transferência da Atari, em 1984, do Vale do Silício para o Sudeste Asiático, com sua força de trabalho de baixa remuneração, é um caso exemplar). Nos termos da segunda estratégia, denominada mais-valia *relativa*, a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho. Também aqui a violência proliferante dos investimentos, que cortou o emprego e os custos do trabalho em todas as indústrias — mineração de carvão, produção de aço, bancos e serviços financeiros —, foi um aspect-

to deveras visível da acumulação do capital nos anos 80. Mas apoiar-se nessa estratégia enfatiza a importância de forças de trabalho altamente preparadas, capazes de compreender, implementar e administrar os padrões novos, mas muito mais flexíveis, de inovação tecnológica e orientação do mercado. Surge então um estrato altamente privilegiado e até certo ponto poderoso da força de trabalho, à medida que o capitalismo depende cada vez mais da mobilização de forças de trabalho intelectual como veículo para mais acumulação.

No final, com efeito, o que conta é o modo particular de combinação e de alimentação mútua das estratégias absoluta e relativa. Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados. O que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas coordenantes de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do negócio ou seriam reduzidos a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado. O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do "teletransporte", bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles (ver tabela 2.3). O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da "Terceira Itália", por exploradores em Nova Iorque e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong. O ecletismo nas práticas de trabalho parece quase tão marcado, em nosso tempo, quanto o ecletismo das filosofias e gostos pós-modernos.

E, no entanto, há, apesar da diferença de contexto e das especificidades do exemplo usado, algo de muito atraente e relevante no relato que Marx faz da lógica da organização e da acumulação do capitalismo. Rer ler o que ele diz em *O Capital* nos traz um certo choque de familiaridade. Conhecemos ali as maneiras pelas quais o sistema fabril pode formar intersecções com sistemas de manufatura domésticos, de oficina e artesanais, como um exército de reserva industrial é mobilizado como contrapeso ao poder dos trabalhadores com relação ao controle do trabalho e aos salários, o modo como forças intelectuais e novas tecnologias são empregadas para pôr por terra o poder organizado da classe trabalhadora, os recursos dos capitalistas na tentativa de promover o espírito de competição entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que exigem flexibilidade de disposição, de localização e de abordagem de tarefas. Somos também forçados a considerar que tudo isso cria para a classe trabalhadora oportunidades — bem como perigos e dificuldades —, precisamente porque educação, flexibilidade e mobilidade geográfica, uma vez adquiridas, ficam mais difíceis de ser controladas pelos capitalistas.

Muito embora as atuais condições sejam muito diferentes em inúmeros aspectos, não há dificuldade em perceber que os elementos e relações invariantes que Marx definiu como peças fundamentais de todo modo capitalista de produção

ainda estão bem vivos e, em muitos casos, com uma vivacidade ainda maior do que a de antes, por entre a agitação e evanescência superficiais tão características da acumulação flexível. Seria esta última, então, algo mais do que uma versão mais retumbante da mesma velha história do capitalismo de sempre? Isso seria um julgamento demasiado simples. Em avaliação dá ao capitalismo um tratamento a-histórico, considerando-o um modo de produção desprovido de dinâmica, quando todas as evidências (incluindo-se aí as explicitamente arroladas por Marx) apontam para o fato de ser o capitalismo uma força constantemente revolucionária da história mundial, uma força que reformula de maneira perpétua o mundo, criando configurações novas e, com freqüência, sobremodo inesperadas. A acumulação flexível se mostra, no mínimo, como uma nova configuração, requerendo, nessa qualidade, que submetamos a escrutínio as suas manifestações com o cuidado e a seriedade exigidos, empregando, não obstante, os instrumentos teóricos concebidos por Marx.